



SINAIT completa 20 anos e segue na luta pela valorização da Inspeção do Trabalho



NO DIA 7 DE OUTUBRO o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT completou 20 anos de fundação. Foi a primeira entidade sindical de servidores públicos criada após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que deu direito ao funcionalismo de se organizar sindicalmente. A história destas duas décadas é de luta, com muitos momentos marcantes e vitórias que mudaram a realidade dos Auditores Fiscais do Trabalho.

A data foi comemorada em Brasília com a inauguração da Galeria de Presidentes da FASIBRA e do SINAIT e a presença do ministro Carlos Lupi, Delegados(as) Sindicais, Auditores(as) Fiscais do Trabalho e sindicalistas de outras categorias de trabalhadores.

ENTREVISTAS Presidentes da FASIBRA e do SINAIT falam sobre a importância da criação do Sindicato. Págs. 10 e 15

MOMENTOS MARCANTES Muitas foram as conquistas da categoria e participação em lutas gerais do funcionalismo e dos trabalhadores. Relembre alguns desses momentos. Pág. 11



EDITORIAL

A DATA E CIRCUNSTÂNCIA de fundação do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT estão intimamente ligadas à promulgação da Constituição Federal de 1988, em 5 de outubro. Foi essa Carta, resultado de uma Assembléia Nacional Constituinte, que possibilitou aos servidores públicos a organização em torno de sindicatos, proibida até então. Corajosamente, os Auditores Fiscais do Trabalho tomaram a iniciativa, apenas dois dias depois, em 7 de outubro de 1988, de transformar a Federação das Associações dos Agentes da Inspeção do Trabalho no Brasil – FASIBRA no primeiro sindicato de servidores públicos.

A partir dali, a categoria passou a vivenciar uma experiência inédita, de contar com uma entidade nacional à qual era possível filiar-se individualmente, em conexão direta e com representação abrangente. O salto de qualidade foi evidente, face à mudança estrutural promovida na carreira Auditoria Fiscal do Trabalho – em si mesma uma grande vitória – em duas décadas de ininterruptas lutas.

Os protagonistas desta história são tantos que não cabe enumerá-los, sendo mais justo e prudente creditar a cada Auditor Fiscal do Trabalho, em diferentes fases, os esforços empenhados para que a Fiscalização do Trabalho se tornasse o que hoje é: uma atividade exclusiva de Estado, reconhecida e respeitada dentro e fora do Brasil, com um quadro altamente qualificado e que faz diferença no cenário trabalhista do país, com interface com diversos órgãos governamentais e com a sociedade. É um momento ímpar, especialmente se comparado ao do início da década de 90, quando as dificuldades eram todas.

A luta, entretanto, é contínua. Se hoje, por um lado, os Auditores Fiscais do Trabalho encontram-se praticamente no topo das carreiras de Estado, por outro, há ainda muitos desafios a serem enfrentados, na organização de classe e na atividade da fiscalização. O desafio interno atual é buscar um modelo mais moderno e adequado à organização sindical, que una e fortaleça ainda mais o SINAIT e as entidades estaduais. Na atividade sindical o SINAIT é cada vez mais demandado a se posicionar sobre as mais diversas questões nacionais, ampliando a parceria social em defesa dos trabalhadores e do equilíbrio das forças que compõem o mundo do trabalho. Institucionalmente, a Fiscalização do Trabalho necessita de revitalização no que se refere à recomposição do quadro de Auditores Fiscais do Trabalho e de dotação orçamentária suficiente para se equipar e dar soluções mais ágeis à sociedade. A construção da Lei Orgânica do Fisco será, nessa perspectiva, um instrumento para consolidar a Fiscalização do Trabalho, fixar suas atribuições inalienáveis e protegê-la de ataques que objetivam sua fragilização ou restrição.

Vinte anos podem ser, dependendo do ponto de vista, pouco ou muito tempo. Pouco tempo para que tudo fosse solucionado; muito tempo para conviver com as dificuldades colocadas e ainda não transpostas. O que salta aos olhos, porém, é que esta jovem entidade é protagonista de mudanças que transformaram a Auditoria Fiscal do Trabalho e a colocaram num patamar elevado dentro da Administração Federal. As ingêrnias não são mais toleradas ou acobertadas – a sociedade, aliada da categoria, não aceita mais isso. A autonomia e independência preconizadas pela Convenção 81 da Organização Internacional do Trabalho, pela qual o Sindicato lutou para que fosse novamente reconhecida no Brasil, tornam-se cada vez mais palpáveis, ainda que seja preciso, por vezes, brigar por elas, relembrar os princípios. A Auditoria Fiscal do Trabalho afirma-se e é ouvida. Nada disso é milagre: é fruto de trabalho árduo, diário, exaustivo, repetitivo, continuado, de muitos, de todos.

A Diretoria

EXPEDIENTE

SINAIT – Publicação do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
Endereço para correspondência: SCN Quadra I Bloco C, nº 85 - Conjunto 401/407
Ed. Brasília Trade Center – Brasília/DF
CEP: 70710-902
Fone: (061) 3328-0875
Fax: (061) 3328-6338
E-mail: sinait@sinait.org.br
Site: www.sinait.org.br
Dezembro/2008 - nº 54

DIRETORIA DO SINAIT

Mandato Biênio 2007/2009

Presidente:

ROSA MARIA CAMPOS JORGE - GO

Vice-Presidente de Política de Classe:

CARLOS ALBERTO TEIXEIRA NUNES - RJ

Adjunta: ROSÂNGELA SILVA RASSY - PA

Vice-Presidente de Administração:

ANTÔNIO CARLOS COSTA - SC

Adjunto: SYLVIO GERALDO COUTO BARONE - RS

Vice-Presidente de Patrimônio e Execução

Financeira:

ALBERLITA MARIA DA SILVA - PE

Adjunta: NILZA MARIA DE PAULA PIRES - DF

Vice-Presidente de Planejamento:

JOSÉ AUGUSTO DE PAULA FREITAS - MG

Adjunto: JOSÉ SÉRGIO FERREIRA TRINDADE - SE

Vice-Presidente de Comunicação e Divulgação:

FRANKLIM RABÊLO DE ARAÚJO - CE

Adjunto: ORLANDO DA SILVA VILA NOVA - PA

Vice-Presidente de Cultura e Aperfeiçoamento

Técnico Profissional:

SUÊKO CECÍLIA USKI - SP

Vice-Presidente de Normatização Técnica e

Assuntos Legais:

MARIA TERESA PACHECO JENSEN - PR

Vice-Presidente de Inativos e Atividades

Assistenciais: ELZA BORBA DE OLIVEIRA - DF

Adjunto: HUGO CARVALHO MOREIRA - CE

Vice-Presidente de Relações Públicas:

MARIA DA PAZ BEZERRA DO NASCIMENTO - PB

Adjunta: ADALGISA C. LIMA DE LUCENA - RN

Vice-Presidente de Segurança e Medicina do

Trabalho: CARLOS ROBERTO DIAS - BA

Adjunto: MARCELL FERNANDES SANTANA - ES

Vice-Presidente de Inspeção do Trabalho:

VALÉRIA FÉLIX MENDES - MA

Vice-Presidente de Relações Internacionais:

FRANCISCO LUÍS LIMA - PI

Adjunto: JOSÉ IVAN DANTAS PUGLIESE - BA

CONSELHO FISCAL

TITULARES:

MARIA GEDALVA TOLEDO - AL

NAHIA KHALIL SAAD SAYEGH - MS

MARIA DO SOCORRO MONTE DE MORAIS

ARAÚJO - PI

SUPLENTE:

BEROALDO RAIMUNDO LOPES MAIA

JÚNIOR - PE

CREUZA FERREIRA BARBOSA - AM

ANILDO DE LIMA PASSOS JÚNIOR - SP

Jornalista responsável:

Nilza Murari (MG 04352JP)

Redação: Nilza Murari (MG 04352JP) e

Andrea Bochi (DF 8013/98)

Projeto gráfico e editoração:

Viralata Design (31) 3421.1738

Impressão: Brisa Gráfica

Tiragem: 6 mil exemplares

As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.

Artigos assinados são de responsabilidade de seus autores

SINAIT completa 20 anos com inauguração de Galeria de Presidentes e homenagens



João Vicente e Lindalva – filho e esposa de Vicente Mota – descerraram a placa da sala que homenageia o AFT

A DIRETORIA DO SINAIT decidiu comemorar os 20 anos de criação da entidade prestando homenagens e contando um pouco de sua história aos Auditores Fiscais do Trabalho, sindicalistas e autoridades que compareceram à singela solenidade organizada na sede do Sindicato.

O Ministro do Trabalho e Emprego Carlos Lupi prestigiou a solenidade, assim como os secretários de Inspeção do Trabalho Ruth Vilela, de Políticas Públicas Ezequiel Nascimento e de Relações do Trabalho André Gandizoli (representando Luiz Medeiros). O Superintendente do Trabalho e Emprego do Mato Grosso Valdiney Arruda, o presidente da Fenafisp Lupércio Montenegro, o representante da Conlutas Hélio Cabral Lima e o presidente da Febrafite Roberto Kupski, além de Delegados Sindicais de praticamente todos os Estados, participaram da solenidade.

Os homenageados foram os Presidentes da Federação das Associações de Agentes da Inspeção do Trabalho do Brasil – FASIBRA e do SINAIT e Auditores Fiscais do Trabalho que participaram do momento em que a Federação transformou-se em Sindicato Nacional. Todos os Auditores Fiscais do Trabalho que ocuparam o cargo de presidente da FASIBRA e do SINAIT foram convidados a comparecer à solenidade. Estiveram presentes Francisco Franco de Siqueira Campos, os familiares de Vicente Mota, Elene Maria Fleury de Lemos e Carlos Alberto Teixeira Nunes. Todos integram, a partir de 7 de outubro de 2008, a Galeria de Presidentes das duas entidades, inaugurada ao final da solenidade, assim como a Sala Vicente Mota.

Os homenageados da noite receberam uma placa alusiva à data. Compareceram os Auditores Fiscais do Trabalho Isa Maria de Oliveira, Jesus José Bales, José

Luiz Linhares, Luiz José de Oliveira, Maria do Socorro Monte de Moraes e Vera Jatobá. Olavo Mesquita foi representado por sua esposa Maria Teresa Abraham Netto de Araújo. Outra homenagem foi ao AFT Orlando Vila Nova, que muito contribuiu para o crescimento da categoria e da Inspeção do Trabalho na luta de classe e também na Administração Pública, como secretário no Ministério do Trabalho e Emprego. Além dos Auditores Fiscais do Trabalho, a Diretoria homenageou o funcionário Anísio Gomes Vieira, o mais antigo da Casa, que já prestava serviços à Federação e continua no Sindicato.

O SINAIT também foi homenageado. A esposa e o filho de Vicente Mota, Lindalva e João Vicente Pinheiro Mota, entregaram à presidente Rosa Jorge uma placa da família em agradecimento à Diretoria pela reverência à memória do Auditor Fiscal do Trabalho.

Entidade forte

Francisco Franco de Siqueira Campos, fundador da Associação dos AFTs em Pernambuco e da FASIBRA, ressaltou que as entidades cresceram, estão consolidadas e à altura da categoria que representam. Ele reconhece que “as reivindicações de hoje atendem à modernidade”, mas lembra que, em síntese, são as mesmas desde o início: valorização da Fiscalização do Trabalho e igualdade de condições com outras categorias. “O caminho é longo, mas a disposição é maior ainda. Acho que o caminho está correto, corretíssimo”.

O filho de Vicente Mota, João Vicente Pinheiro da Fonseca, falou em nome de sua família, agradecendo a homenagem ao pai, que faleceu precocemente, mas deixou um legado, uma semente de idealismo que deu vários frutos e ainda vive. O pai, disse João Vicente, contou com muitos amigos para enfrentar as dificuldades



Anísio Gomes Vieira



Maria do Socorro Monte de Morais



Isa Maria de Oliveira



Jesus José Bales

do período da FASIBRA, e dividia seu tempo entre a família e a militância, com dedicação. Vicente Mota foi homenageado também com um texto enviado por Alceu Flores e lido por Orlando Vila Nova.

Agradecimento e reconhecimento do SINAIT como uma entidade forte, que não foge das lutas, foram as palavras de Elene Fleury. As demandas e lutas se sucedem, fortalecendo a posição do Sindicato Nacional diante da categoria, da Administração e da sociedade. O caminho é continuar a luta, contando com a força e união dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Homenagear o idealismo e pioneirismo do grupo que deu vida e movimento à FASIBRA e ao SINAIT e comemorar os 20 anos do Sindicato foram os motivos destacados por Carlos Alberto Nunes para a reunião de tantas pessoas. Ele lembrou que foi no período da Federação que os AFTs migraram do regime de contratação pela CLT e passaram para o Regime Jurídico Único, corrigindo uma distorção existente. Depois de 20 anos, ressaltou, "o SINAIT continua uma entidade forte, com atividade política e por isso obtém vitórias. A entidade defende com muita firmeza a inspeção do Trabalho e os direitos dos trabalhadores. Vida longa para o SINAIT!".

O Ministro Lupi disse que se sentiu honrado em participar da inauguração da Galeria de Presidentes da FASIBRA e do SINAIT, "uma galeria de muita honra". Repetiu o que tem dito sempre em relação à Auditoria Fiscal do Trabalho: que tem papel estratégico na organização da sociedade e que é a espinha dorsal do Ministério do Trabalho e Emprego, motivo de orgulho para a pasta. afirmou que o SINAIT faz um trabalho não só pela categoria, mas também para a sociedade, representando uma categoria que incorpora o verdadeiro espírito do servidor público. Concluiu dizendo que tem muito orgulho de ter em sua biografia a honra de ser "chefe" dos Auditores Fiscais do Trabalho, que são reconhecidos no Brasil e no exterior.

Rosa Jorge agradeceu a presença de todos, e disse que o SINAIT é um pedacinho de cada Auditor Fiscal do Trabalho, construído por muitas pessoas compromissadas com o serviço público e com a sociedade. O Sindicato "é uma caminhada desde a FASIBRA e foi criado para ser uma entidade forte, que congregue a todos. Foi um sonho que aos poucos se consolidou e tem a alma do AFT, procurando defender a categoria em todos os fóruns". A vigilância também acontece fora do âmbito da categoria, em defesa dos direitos dos trabalhadores, como no caso da luta pela rejeição à Emenda 3, que viria a precarizar ainda mais as relações de trabalho e limitar a atuação dos Auditores Fiscais do Trabalho. "Foi o SINAIT quem primeiro alertou para as conseqüências desta medida, mobilizou os trabalhadores e sensibilizou parlamentares para a necessidade de reprová-la", lembrou Rosa. Agora, a luta é pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 438/2001, que expropria terras em que for flagrado o trabalho escravo, pois a fiscalização precisa de mecanismos complementares para a repressão desta chaga. Ela também fez referência ao caso Unaf, em que foram assassinados três Auditores Fiscais do Trabalho e um motorista do Ministério do Trabalho e Emprego, e cujos autores do crime já estão identificados e indiciados, mas ainda não foram julgados, portanto, estão impunes. Esta é outra luta, outra frente de batalha que o SINAIT encampa como ponto de honra em sua pauta de atuação.

Galeria de Presidentes

A inauguração da Galeria de fotos de Presidentes da FASIBRA e do SINAIT foi a forma encontrada para registrar os 20 anos do Sindicato Nacional e homenagear pessoas que se envolveram de corpo e alma na luta sindical em defesa da categoria e dos trabalhadores. Entre as duas galerias de fotos, está a Ata da Assembléia que decidiu transformar a Federação em Sindicato Nacional, no dia 7 de outubro de 1988.



Ítalo Mannarino

FASIBRA – FUNDADA EM 30 DE MAIO DE 1980; EXTINTA EM 7 DE OUTUBRO DE 1988

PRESIDENTES

OLAVO da Silveira Melo (DF – 1980 a 1981)

ALCEU Flores (RS – 1981 a 1982)

FAHID Tahan Sab (MG – 1982 a 1983)

FRANCISCO Franco Siqueira Campos (PE – 1983 a 1984)

ALCEU Flores (RS – 1984 a 1986)

VICENTE Mota da Fonseca (BA – 1986 a 1987)

JOSÉ Antônio Pastoriza Fontoura (RS – 1987 a 1988).

SINAIT – FUNDADO EM 7 DE OUTUBRO DE 1988

PRESIDENTES

JOSÉ Antônio Pastoriza Fontoura (RS - 1988 a 1989
diretoria provisória)

FAHID Tahan Sab (MG - 1989 a 1991 – primeira eleição direta
de um Sindicato de Servidores Públicos)

JOSÉ Antônio Pastoriza Fontoura (RS - 1991 a 1993)

ELENE Maria Fleury de Lemos Carvalho (GO - 1993 a 1995)

JOSÉ Cláudio Gomes (RS - 1995 a 1997 e 1997 a 1998)

CARLOS Alberto Teixeira Nunes (RJ - 1999 – substituição,
1999 a 2001 e 2001 a 2003)

FAHID Tahan Sab (MG - 2003 a 2005)

ROSA Maria Campos Jorge (GO - 2005 a 2007 e 2007 a 2009)



José Luiz Linhares



Olavo Mesquita, representado pela esposa Maria Teresa



Vera Jatobá



Luiz José Oliveira



Orlando Vila Nova

Contando história

PARA REMEMORAR A HISTÓRIA DO SINAIT, que completou 20 anos no dia 7 de outubro de 2008, é necessário fazer uma incursão anterior, que remonta à criação da Federação das Associações dos Agentes da Inspeção do Trabalho no Brasil – FASIBRA.

Depois de 1975, quando foi realizado concurso público e a Inspeção do Trabalho recebeu cerca de dois mil novos Inspetores do Trabalho, as associações de classe estaduais existentes ganharam novo ânimo e em vários estados elas foram criadas. Era a representação possível aos funcionários públicos na época. A turma nova sentiu a inquietação e a necessidade de uma articulação nacional e foi buscando formas de aproximação até que, em maio de 1980, em São Paulo, foi fundada por dirigentes de 14 entidades estaduais a FASIBRA.

A Federação, sediada em Brasília, cumpriu o papel de unificar e nacionalizar a luta dos Agentes da Inspeção do Trabalho. Foi fortalecida à medida que novas associações estaduais foram sendo criadas – hoje há representação em todos os Estados – e as lutas levaram a conquistas importantes. Já em 1982 foi realizado o I Encontro Nacional dos Agentes da Inspeção do Trabalho – ENAIT, em Belo Horizonte, fruto da necessidade de discussão aprofundada da Inspeção do Trabalho em fórum próprio. Este espaço já completou o Jubileu de Prata, no ano passado, quando o 25º Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – ENAFIT voltou à capital mineira. Naquele mesmo ano, e antes da realização do I ENAIT, foi aprovada no Congresso Nacional, em tempo recorde, a mudança de denominação do cargo de Inspetor do Trabalho para Fiscal do Trabalho e a extensão da Gratificação de Produtividade a ativos e aposentados, já devida aos fiscais da Previdência e da Receita Federal. Os aposentados e pensionistas, inicialmente, receberam apenas 50% desta gratificação e, com a intervenção da FASIBRA, posteriormente passaram a recebê-la integralmente.

Em 1983, foi realizado um novo concurso público, que revitalizou ainda mais a categoria e ficava cada vez mais evidente que os Fiscais do Trabalho – ou Agentes da Inspeção do Trabalho (AITs), como se autodenominavam – não queriam divisões internas e discriminatórias como a que havia em relação aos médicos do trabalho, engenheiros de segurança e assistentes sociais. As entidades estaduais – e também a FASIBRA – foram modificando seus estatutos para acolher os colegas, precognizando, na prática, o que viria a acontecer legalmente em 1999, com a unificação da carreira pela Medida Provisória nº 1.915-1, de 30 de julho de 1999.

Em 1985 foram duas as conquistas. Os AITs, até então contratados pelo regime celetista, puderam optar pelo regime estatutário, passando a gozar o direito da

estabilidade. Antes disso, a categoria conquistou a Gratificação de Desempenho.

A re-ratificação da Convenção 81 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, denunciada pelo Brasil em 1971, foi uma vitória importantíssima para a categoria em dezembro de 1987. Já estavam em curso, nesta época, os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, à qual a FASIBRA apresentou várias sugestões e obteve o êxito de garantir no inciso XXIV do artigo 21 a competência exclusiva da União para “organizar, manter e executar a Inspeção do Trabalho”. E participou da luta conjunta do funcionalismo para ter o direito de organização em sindicatos. E aí começa a história do SINAIT.

O primeiro Sindicato

Promulgada a Constituição Cidadã em 5 de outubro de 1988, apenas dois dias depois a FASIBRA realizou Assembléia Geral cuja decisão foi transformar a Federação em Sindicato Nacional. É necessário dizer, aqui, que havia uma entidade dissidente, a União Nacional dos Agentes da Inspeção do Trabalho – UNAFIT. FASIBRA e UNAFIT deixaram de lado as divergências para criar uma entidade nacional, que agregasse todos. Estava criado, ali, o primeiro sindicato de servidores públicos federais do Brasil. Uma diretoria provisória foi eleita para, dentro de seis meses, realizar a primeira eleição direta da diretoria do Sindicato Nacional dos Agentes da Inspeção do Trabalho – SINAIT. A filiação passava a ser individual e não mais de entidades, possibilitando a independência e autonomia necessárias para continuar as lutas.

Em 1989 viriam mais duas importantes conquistas, uma delas marco fundamental para que a Fiscalização do Trabalho seja reconhecida como atividade arrecadadora: a competência para verificação de débitos e infrações relacionadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. Conseqüência disso, os AITs passaram a receber a Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação – GEFA, já paga aos fiscais da Previdência e da Receita, à época. Em 1992, esta gratificação foi atualizada e seus valores ficaram idênticos aos praticados nas fiscalizações da Previdência e Receita Federal. Naquele momento foi consolidada a isonomia de remuneração entre as três carreiras.

O SINAIT conseguiu adquirir sua primeira sala para abrigar a sede própria em 1992. Hoje a sede da entidade se adapta em busca da estrutura adequada para atender à demanda crescente dos Auditores Fiscais do Trabalho por melhorias na carreira, conquistas econômicas e institucionais, serviços jurídicos, convênios e informações. Auditoria Fiscal do Trabalho é a denominação que a categoria tem desde dezembro de 2002, quando a



Diretores e Delegados Sindicais em oficina realizada em 1996



Diretoria da gestão 2001/2003

Medida Provisória nº 46, que sucedeu à MP 2175-29 foi finalmente votada e transformou-se na Lei 10.593/2002, que criou as carreiras de Auditoria Fiscal do Trabalho, da Previdência e da Receita Federal, com total isonomia entre elas e pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária – GDAT também aos aposentados e pensionistas, o que não vinha acontecendo. O SINAIT cobra na Justiça o pagamento dos atrasados e já obteve ganho de causa, porém, o pagamento ainda não foi integralmente realizado.

Em 2004 foi editada a lei 10.910/2004, que transformou a GDAT em Gratificação de Atividade Tributária – GAT e criou a Gratificação de Incentivo à Fiscalização e Arrecadação – GIFA. A paridade entre ativos e aposentados foi quebrada mais uma vez, porque apenas um

percentual da GIFA era pago a aposentados e pensionistas. Esta injustiça foi objeto de gestões administrativas e judiciárias e está sendo reparada agora, com a implantação do subsídio como forma de remuneração dos Auditores Fiscais do Trabalho. A Medida Provisória 440/2008 também vai acabar com a vinculação do recebimento integral do salário ao alcance de metas, modelo instituído desde 2004 e que muita instabilidade trouxe aos AFTs.

A carreira passa, agora, por mais uma mudança, ao se inserir em um seletivo grupo remunerado por subsídio na estrutura da Administração Pública. Acabam as gratificações e o salário é pago sob uma única rubrica, sem diferenciação entre AFTs ativos, aposentados e pensionistas, ressalvadas algumas situações de aposentadoria

e pensões que se configuraram após a Emenda Constitucional nº 41/2003 (reforma da Previdência) que serão objeto de luta pela reversão, em conjunto com outras carreiras do funcionalismo público.

O subsídio atende, de uma só vez, várias reivindicações dos servidores: salário base compatível com a função (antes as gratificações compunham grande parte do salário e poderiam ser retiradas a qualquer tempo); restaura a paridade de vencimentos entre ativos, aposentados e pensionistas quebrada em 2004; acaba com a vinculação de alcance de metas ao recebimento integral do salário; reconhecimento da carreira como exclusiva de Estado. Isso é fruto de uma intensa e desgastante campanha salarial conjunta das carreiras do Fisco, que almejou, acima de tudo, a valorização das Auditorias Fiscal do Trabalho e da Receita Federal do Brasil no contexto geral da Administração Federal.

O SINAIT enfrentou momentos muito difíceis no início da década de 90. O governo de Fernando Collor de Mello promoveu uma "caça às bruxas", taxando os servidores públicos de marajás e colocando em disponibilidade milhares de funcionários. Na Inspeção do Trabalho, em todas as Delegacias Regionais do Trabalho, colegas foram afastados sem justificativa, fragilizando a fiscalização. A luta para reverter a disponibilidade foi conjunta com todo o funcionalismo público, o que aconteceu também em outros momentos, como contra a reforma administrativa no final dos anos 90, contra a reforma da Previdência (2003), por reajuste salarial depois de mais de uma década de congelamento dos salários e em defesa do Estado brasileiro (2006).

Em 1997 o SINAIT participou da Marcha Global Contra o Trabalho Infantil e de vários fóruns pelo fim do trabalho infantil. A erradicação do trabalho escravo, tema que passou efetivamente a fazer parte da Fiscalização do Trabalho a partir de 1995, levou a entidade a se aproximar e associar-se em diversos projetos com entidades governamentais e não governamentais, em uma luta que transcende a garantia dos direitos trabalhistas e se

fundu com a defesa dos Direitos Humanos Fundamentais do Homem.

Na década de 90 o SINAIT defendeu e comemorou a ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que trata da dispensa imotivada de trabalhadores. Infelizmente, a pressão empresarial fez com que o governo recuasse e denunciasse a Convenção antes que surtisse qualquer efeito. O governo Lula faz nova tentativa de ratificar o documento, mas já enfrenta dificuldades nos debates iniciados no Congresso Nacional.

Encontros nacionais

O Encontro Nacional dos Agentes da Inspeção do Trabalho – ENAIT, nascido em 1982, chega a 2008 em sua 26ª edição, com a denominação de Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - ENAFIT e é assim chamado desde o 17º Encontro, quando o plenário aprovou a mudança devido à edição da Medida Provisória nº 1.915-2/99 que criava a carreira de Auditoria Fiscal do Trabalho. É um encontro anual, como poucas categorias têm e se constitui em um fórum de debates e deliberações da categoria.

O formato do Encontro sofreu transformações e incorporou todas as discussões importantes da categoria ao longo deste quarto de século. Os Auditores Fiscais do Trabalho contaram com a participação de inúmeros colegas e com a presença de personalidades de vários segmentos para ampliar o debate com a sociedade sobre temas trabalhistas, da fiscalização, do serviço público e da organização de classe. Lembrando alguns deles: Dom Luciano Mendes de Almeida, Luiza Erundina, Márcio Pochmann, Arnaldo Sussekind, Amaury Müller, Heloísa Helena, Marina Silva, João Pedro Stédile, Emir Sader, Luiz Marinho.

Ações Judiciais

Sempre que foi necessário o SINAIT recorreu ao Poder Judiciário para defender os direitos dos Auditores Fiscais do Trabalho ativos e aposentados. Foram e



AFTs que integraram a gestão 2003/2005



Posse da gestão 2005/2007



Delegados Sindicais e Diretores do SINAIT em 2002

ainda são objeto de reivindicações a incorporação de gratificações ao salário base, pagamento integral de gratificação a aposentados e pensionistas (incluindo valores retroativos), recebimento de aumentos salariais aplicados a outras categorias, reposição de resíduos de reajuste ao funcionalismo, reclamação do direito ao adicional de periculosidade, contestação do pagamento de contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas, garantia do direito de greve sem prejuízo à remuneração.

Há atualmente uma ação internacional, cujo titular é o Instituto Mosap – Movimento dos Servidores Públicos Federais Aposentados e Pensionistas – representando várias entidades, entre elas o SINAIT, que questiona a cobrança da contribuição previdenciária na Corte de Direitos Humanos da Organização dos Es-

tados Americanos – OEA. A denúncia está sob análise e deverá ter uma resposta sobre a admissibilidade em breve.

A assessoria jurídica do Sindicato também tem atuação preventiva. Em 2006 e em 2007 o SINAIT entrou com pedido de liminar para garantir o direito de os AFTs fazerem greve sem quaisquer prejuízos para a avaliação de desempenho e remuneração. Em ambos os casos o Sindicato foi vitorioso.

Agora a assessoria acompanha o caso da progressão dos AFTs que ingressaram na carreira a partir de 2003 e ainda não progrediram. As tentativas de resolver a questão ainda estão no âmbito administrativo e com chances de serem resolvidas, finalmente. Mas se não houver uma solução adequada e rápida, o caso evoluirá para o âmbito judicial.

Momentos marcantes

PRÊMIO ALEXANDRE DE CERQUEIRA CÉSAR DE JORNALISMO

O SINAIT lançou o Prêmio Alexandre de Cerqueira César no 16º Encontro Nacional dos Agentes da Inspeção do Trabalho (1998, Manaus), em homenagem ao Auditor Fiscal do Trabalho assassinado na década de 70. Os jornalistas que concorreram apresentaram reportagens sobre doenças do trabalho, fiscalizações e trabalho infantil. Os vencedores do primeiro Prêmio receberam a premiação em maio de 1999, na sede do Sindicato, com a presença da imprensa local. O Prêmio teve ainda mais duas edições.



SINAIT premiou reportagens sobre a Inspeção do Trabalho

CHACINA DE UNAÍ



Manifestação em Unaí, em protesto pelo crime

Os familiares, todos os Auditores Fiscais do Trabalho, servidores públicos de outras categorias, sociedade brasileira e comunidade internacional ficaram chocados com o assassinato dos Auditores Fiscais do Trabalho Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva e do motorista Ailton Pereira de Oliveira, no dia 28 de janeiro de 2004, em Unaí (MG). Foi um crime de encomenda, em emboscada durante ação fiscal na zona rural do

município. Seis meses depois o crime foi totalmente desvendado e nove pessoas foram indiciadas como mandantes, intermediários e executores. Mas, depois de quatro anos e onze meses ninguém ainda foi a julgamento. A defesa dos réus interpõe seguidamente recursos que protelam a marcação do julgamento, em Belo Horizonte.

ENCONTROS NACIONAIS

Os Encontros Nacionais da categoria nasceram em 1982, ainda sob a direção da Federação das Associações dos Agentes da Inspeção do Trabalho no Brasil – FASIBRA. Ao longo do tempo o Encontro foi um balizador das políticas sindicais tanto da Federação como do Sindicato e palco de profundas discussões sobre a organização de classe, direitos trabalhistas, serviço público, Direitos Humanos e muitos outros assuntos que permeiam o mundo do trabalho e influenciam a vida dos trabalhadores.

Os Auditores Fiscais do Trabalho receberam “pratas” da Casa, autoridades, professores, políticos, sindicalistas, estudiosos do Brasil e do exterior, religiosos, escritores, que ajudaram a fazer os debates necessários para o crescimento pessoal e institucional. O formato do Encontro mudou e evoluiu de acordo com a necessidade e demanda da categoria. Os espaços de discussão interna foram ampliados permitindo cada vez mais participação.



Heloísa Helena, então senadora, participou do 20º Enafit



Araldo Sussekind, homenageado no 20º Enafit

CAMPANHAS INSTITUCIONAIS

A primeira campanha institucional desenvolvida pelo SINAIT foi lançada em 1997, com o tema trabalho infantil. Seguiram-se outras oito campanhas com temas variados: dignidade no trabalho, defesa da Carteira de Trabalho, preservação dos direitos trabalhistas, FGTS, segurança e saúde no trabalho e trabalho escravo. As campanhas dão visibilidade às atividades desenvolvidas pelos Auditores Fiscais do Trabalho e aproximam a categoria das lutas gerais dos trabalhadores e da sociedade em busca de dignidade, qualidade de vida e respeito aos Direitos Humanos Fundamentais.



Campanhas institucionais valorizam a Inspeção do Trabalho e defendem os direitos trabalhistas

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

O SINAIT participou de três edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre e pretende participar da próxima edição, em Belém (PA). Em conjunto com outras entidades como OIT, CPT, ANPT, Anamatra e Repórter Brasil organizou, em 2003, oficinas sobre o trabalho escravo e o trabalho infantil, mostrando o trabalho desenvolvido pelos Auditores Fiscais do Trabalho na erradicação destas chagas. Também participou de debates sobre os efeitos da globalização, política tributária e dívida externa.

Em 2005, uma oficina sobre trabalho escravo homenageou os AFTs Eratóstenes, João Batista e Nelson e o motorista Ailton. O SINAIT e representantes de dezenas de outras entidades fizeram denúncias sobre as condições de segurança das equipes dos Grupos Móveis de Fiscalização que fazem o combate direto à neoescravidão no país. O Sindicato ainda participou de debate sobre a criação da Super Receita, assunto que estava na pauta do dia na ocasião.

Todas essas atividades atraíram grande público presente aos Fóruns, pessoas que se emocionaram, se sensibilizaram e levaram para seus locais de origem um pouco mais de informação e indignação com a exploração humana.



Rosa e Carlos Alberto com Frei Betto, em 2003



Evento do Fórum Fisco no FSM 2003



2005: homenagem aos AFTs assassinados em Unai e oficina sobre trabalho escravo



SINAIT e parceiros discutiram o trabalho infantil em 2003

DIÁLOGO COM O PODER

Mantendo sua postura independente e autônoma, o SINAIT sempre dialogou com as autoridades do Ministério do Trabalho e Emprego e de outros órgãos governamentais como Casa Civil, Ministérios da Fazenda e Planejamento, e o Congresso Nacional. Em muitos momentos, o Ministério do Trabalho tem sido um aliado do SINAIT na busca da preservação dos direitos dos Auditores Fiscais do Trabalho e das atribuições e independência da Fiscalização do Trabalho.



Diálogo com a Administração: autonomia preservada e busca de direitos



GRANDES LUTAS

Manter conquistas ou ampliar direitos são tarefas que exigem vigilância constante, muita energia e recursos. Lutas individuais ou conjuntas, com a estratégia certa para cada demanda, sempre estiveram presentes nestes 20 anos do SINAIT.

Na década de 90 várias lutas mereceram a atenção e os esforços do SINAIT: campanhas salariais e congelamento dos salários, a luta pelo recebimento dos 28,8%, apoio e participação na Marcha Global contra o Trabalho Infantil, lutas gerais pela valorização da carreira, luta pela aprovação das Convenções da OIT contra a dispensa imotivada e idade mínima para o trabalho, defesa dos direitos dos trabalhadores contra a flexibilização, participação em diversos fóruns e movimentos, as reformas administrativa e previdenciária, a criação da carreira Auditoria Fiscal do Trabalho e unificação da carreira, a criação da Confederação Iberoamericana de Inspetores do Trabalho, a vinda da fiscalização do FGTS para o âmbito do Ministério do Trabalho, mudanças nos procedimentos da fiscalização, modernização da fiscalização, busca do reconhecimento da Auditoria Fiscal do Trabalho como atividade exclusiva de Estado, investimentos na organização de classe (oficinas de planejamento em vários estados), realização de concursos públicos.



SINAIT esteve presente em todos os momentos de reivindicação do funcionalismo público

GRANDES LUTAS



Contra o trabalho infantil e escravo, em defesa da Previdência ou pelos pelos direitos dos AFTs: SINAIT na rua

Nesta década, os desafios continuaram: campanhas salariais pela reposição das perdas de mais de uma década, luta conjunta do funcionalismo contra a reforma da Previdência, consolidação da carreira Auditoria Fiscal do Trabalho, realização de concursos públicos, contra a Emenda 3 que prejudicava a Fiscalização do Trabalho, pela inclusão da Fiscalização

do Trabalho na Super-Receita, contra o desmonte da área de segurança e saúde no MTE, contra a cobrança da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas, pela recuperação da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, ações judiciais reclamando o adicional de periculosidade e atrasados da GDAT, entre outras.



PRESIDENTES DO SINAIT

JOSÉ ANTÔNIO PASTORIZA FONTOURA - 1988 A 1989 (DIRETORIA PROVISÓRIA) e 1991 A 1993

O Senhor foi o primeiro presidente de um dos primeiros sindicatos de servidores públicos criado após a promulgação da Constituição Federal. Qual foi o maior desafio da época?

O SINAIT foi o primeiro sindicato de funcionários públicos, a partir da Constituição de 1988. Há, inclusive, registro no jornal, não sei se no Jornal de Brasília ou no Correio Braziliense, onde saiu uma nota informando sobre o SINAIT como sendo o "primeiro sindicato de funcionários públicos federais". Algo mais ou menos assim. O maior desafio foi a busca da equiparação salarial com os colegas da Previdência e Receita Federal.



Quais foram as marcas de suas duas gestões como presidente do SINAIT?

A obtenção da equiparação salarial e instituir uma diretoria colegiada no SINAIT, despersonalizando a gestão, compartilhando-a com todos os integrantes. E também a vinda da fiscalização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para o âmbito do Ministério do Trabalho, que era feita antes pela Previdência.

Em sua visão, qual foi a importância da criação do SINAIT para a categoria dos Auditores Fiscais do Trabalho?

Com a criação do SINAIT, possibilitou-se a votação direta de todos os integrantes da categoria que espontaneamente se filiaram, contribuindo diretamente com suas mensalidades em favor do Sindicato. Desta forma acabou-se, além do voto indireto, feito pelos Presidentes das Associações estaduais e com a prática nociva de algumas delas, que não repassavam as contribuições à extinta FASIBRA, sufocando-a, financeiramente, trazendo enormes dificuldades na busca da consecução de seus objetivos. Podemos afirmar, sem medo de erro, que o SINAIT aglutinou toda a categoria dos Auditores, constituindo-se num marco de organização e soberania desta classe.

FAHID TAHAN SAB - 1989 A 1991 e 2003 A 2005

O Senhor cumpriu dois mandatos como presidente, que tiveram um intervalo de mais de uma década, período em que houve muitas mudanças na Fiscalização do Trabalho e na estrutura da carreira. O Senhor pode traçar um paralelo entre uma gestão e a outra? Quais foram as marcas de suas duas gestões como presidente do SINAIT?

O paralelo que faço entre uma gestão e a outra, é que ambas se pautaram em fundamentos idênticos e importantes a qualquer administração, principalmente as de natureza sindical: definir os objetivos e fazer uma preliminar avaliação estratégica de conjuntura e de probabilidades e, depois, avançar na direção deles, empreendendo ações táticas, eficientes e simples, sem sofisticação, alarde ou firulas. Isto foi feito em ambas as gestões. Por isso foram exitosas. Na primeira administração (1989/1991) a diretoria contou com a sagacidade e a percepção política da ministra Dorothea Werneck e da consultora jurídica Leda Bandeira, e ainda, com a competência, dedicação e espírito profissional do secretário Orlando Vila Nova. Naquela ocasião, a categoria consolidou o trabalho que havia se iniciado na Diretoria Provisória que antecedeu à nossa, dirigida pelo colega Fontoura, conquistando a Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação - GEFA. Reconheceu-se pela primeira vez a natureza também arrecadatória da Fiscalização do Trabalho. Esta mesma diretoria, com trabalho objetivo e bem articulado com a Administração, foi exitosa ao conseguir aprovar, no Congresso, o sonho de ver transferida para a Fiscalização do Trabalho a competência de verificação do FGTS. Ambas as leis (GEFA e FGTS) foram aprovadas no mesmo dia. Neste período foram implantadas as consignações em pagamento das mensalidades e ampliado o quadro de filiados do SINAIT. Aquilo que era uma esperança tornou-se uma realidade. Mas não foi só de êxitos aquele período. Vivenciamos nele um dos momentos mais dramáticos e tristes do serviço público brasileiro que foram as insanas disponibilidades. Não nos curvamos



diante da violência do governo; fomos à Justiça e conseguimos parecer favorável da Procuradoria da República para o retorno dos colegas. Seguramente o STF seguiria aquele parecer, restabelecendo o direito de todos os que foram colocados em disponibilidade. Entretanto, o julgamento foi prejudicado, pois o governo, revendo sua insensatez, retornou ao trabalho os servidores em disponibilidade e, por isto, o STF julgou prejudicado o mérito, mandando arquivar o processo. Empreendemos uma administração financeira adequada aos tempos de inflação, transformando dinheiro ruim em dinheiro bom, ao adquirimos um imóvel em construção e outro onde se instalou a primeira sede própria do Sindicato (onde é o atual auditório).

Quanto à segunda gestão (2003/2005), com o mesmo método de ação, conseguimos impedir que a Fiscalização do Trabalho fosse deslocada do eixo das fiscalizações arrecadoras. Mesmo contra a equivocada posição de alguns setores da Administração do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, a diretoria, com o apoio da categoria, conseguiu manter a Fiscalização do Trabalho junto com a da Receita e a da Previdência, não só na mesma tabela, mas também na percepção da Gratificação de Incentivo à Fiscalização e Arrecadação - GIFA. Com isso, evitamos o retrocesso e mantivemos o reconhecimento da natureza arrecadatória da Fiscalização do Trabalho. Com cautela e discrição, pois, como dizem em minha terra "quem quer pegar galinha não faz xô", a diretoria conseguiu outra marca importante, aliás, importantíssima: foi a estratégia legislativa para que a tabela de vencimentos da Auditoria Fiscal da Receita Federal do Brasil fosse remissiva à da Auditoria Fiscal do Trabalho. Esta manobra legislativa permitiu que se mantivesse e se fortalecesse a inserção da Auditoria Fiscal do Trabalho no Grupo Fisco. A administração financeira de ambas as diretorias obedeceu ao seguinte princípio: gasto zero com o supérfluo e utilização racional dos recursos com o essencial. Com esta política, passamos às administrações seguintes uma programação financeira que permitiu, em 1991, a instalação da primeira sede própria e, em 2005, a imperiosa reforma da sede do SINAIT. Mas também nesta última administração, fomos abalados pela dor e pela revolta que atingiu toda categoria, com a brutal e covarde chacina de Unaf. Neste episódio, duas horas após o ocorrido, graças a uma atuação rápida dos diretores do SINAIT – Joaquim Gomes Pereira, Luci Helena Lipel e Vera Olímpia Gonçalves – que estavam em minha companhia na Câmara dos Deputados, obtivemos a confirmação da permanência da Polícia Federal na investigação do caso e conseguimos a pronta ação da imprensa, a denúncia nos plenários da Câmara e do Senado, e a criação da Comissão Parlamentar de acompanhamento das investigações, que foi fundamental em sua ação junto à Polícia Federal, pois, como se viu posteriormente, os mandantes eram poderosos política e economicamente.

Em sua visão, qual foi a importância da criação do SINAIT para a categoria dos Auditores Fiscais do Trabalho?

A criação do SINAIT, dois dias após a promulgação da Constituição de 1988, que autorizou a sindicalização dos servidores públicos, foi uma demonstração de aguda sensibilidade política da categoria e de capacidade de superar divergências políticas e dissensões. Naquela ocasião, a categoria estava dividida em duas representações de classe: a tradicional Fasibra e a dissidente Unafit. Colocando de lado as diferenças políticas, os presidentes de ambas – Fontoura e Jesus –, em nome do interesse coletivo, com humildade e grandeza, acordaram a extinção daquelas entidades. Em decorrência disso, foi convocada Assembléia Geral, realizada em 07 de outubro de 1988, e nela decidiu-se pela criação do SINAIT e a eleição de uma diretoria provisória. Fontoura foi eleito presidente, Jesus 1º vice-presidente e eu 2º vice-presidente. As diretorias antigas irmanaram-se numa só (SINAIT) e deram início a uma trajetória que engrandeceu a categoria, fortaleceu a instituição e contribuiu para o aprimoramento da democracia. Mesmo não sendo indagado sobre a Fasibra, não posso deixar de registrar meu reconhecimento à administração do colega Alceu Flores (1981/1982). Foi naquela ocasião que se fez nascer a fonte geradora de nossas lutas: O Encontro Nacional da Categoria - palco permanente de nossos debates políticos, institucionais e culturais. Oportunidade singular de se unir todo o Brasil, num abraço fraterno, em uma só cidade. Nesta oportunidade gostaria de sugerir que fosse publicado junto com esta entrevista a composição das duas diretorias que tive a honra de presidir.

MENSAGEM AOS PRESIDENTES DA FASIBRA E SINAIT

O SINDICATO NACIONAL dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT, comemora, na data de hoje, 20 anos de virtuosa e vitoriosa trajetória, dando continuidade à gloriosa história da Federação das Associações dos Inspetores do Trabalho - FASIBRA.

Por motivos a que me reservo o direito de não declinar agora, privar-me-ei da honra de participar das solenidades programadas e da inauguração das Galerias dos Presidentes de ambas as entidades.

Isto não me impede de manifestar a satisfação de partilhar, com Vocês, espaços nas Galerias de fotos dos Presidentes da FASIBRA e do SINAIT.

A FASIBRA, contornando vedações legais e dificuldades impostas pelo regime ditatorial, conseguiu, com habilidade e coragem, fazer política democrática de classe. Ela foi fruto da criatividade de seus fundadores, que congregaram, em Federação, Associações Estaduais, cujos Estatutos davam-lhes poderes de reivindicar e representar a Classe, portanto eram e são Associações de Natureza Sindical.

O SINAIT, em decorrência da Constituição promulgada em 05/10/88, que autorizou a sindicalização dos servidores públicos, foi fundado dois dias após, em 07/10/88. Ele foi gerado no ventre de lucidez política, quando seus fundadores, com grandeza e humildade, deixando de lado suas episódicas divergências vislumbraram o horizonte da liberdade e se uniram para construir o futuro.

Por tudo isso:

Homenageio a memória do querido, saudoso, e inesquecível Vicente.

Homenageio Vocês e todos os integrantes de suas Diretorias.

Homenageio e agradeço aos companheiros que integraram as Diretorias a que tive o privilégio de presidir.

Homenageio os integrantes de todas as Chapas que concorreram às Diretorias da FASIBRA e do SINAIT.

Eles foram tão importantes quanto os Diretores eleitos, pois contribuíram para a construção democrática da representação de classe, dando-lhe universalidade e autenticidade.

Homenageio os Auditores Fiscais do Trabalho, pois foram e serão eles a seiva legitimadora de Mandatos, a alma da representação classista da categoria e a fonte inspiradora de suas lutas.

O destino, sempre generoso, reservou-me, ao longo de minha vida, missões nobres e gratificantes.

Entretanto, não posso deixar de destacar as de ter presidido a Associação de Minas Gerais, a FASIBRA e o SINAIT.

Agradeço, na oportunidade, à confiança dos colegas que me elegeram, para o exercício daqueles mandatos.

Sei que minha contribuição foi modesta nesta construção, mas sempre o fiz com amor e dedicação, acreditando na importância social e humana da fiscalização do trabalho e na grandeza de nossos colegas. Os fundamentos que arrimaram nossas lutas foram o aprimoramento da Instituição, a defesa profissional da categoria, a sintonia com o interesse público e o diagnóstico de conjuntura e de políticas governamentais.

Não me ofendem nem me fascinam as Galerias de Fotos, mas me honra e gratifica ver minha foto junto a de Vocês, pelo menos enquanto durarem as Galerias.

Na minha lembrança, vocês sempre estarão.

Obrigado.

Belo Horizonte, 7 de outubro de 2008

Fahid Tahan Sab

ELENE MARIA FLEURY DE LEMOS - 1993 A 1995



A Senhora foi a primeira mulher a presidir o SINAIT e uma das pioneiras no universo das entidades sindicais brasileiras, tanto no serviço público como na iniciativa privada. Como foi enfrentar esse universo tão masculino? Os desafios foram maiores devido a esta particularidade? Houve preconceito?

O universo sindical era e ainda é muito masculino. Não era comum ter mulheres dirigindo sindicatos e entre as entidades de servidores públicos também era uma novidade. A estranheza existia e eu percebia, mas nem sempre era declarada. Entre os Auditores Fiscais do Trabalho houve, talvez, uma curiosidade e uma desconfiança de alguns poucos. Mas a necessidade de lutar por nossas reivindicações uniu e o que realçou, ao final, foram a cooperação, o coleguismo, a união em torno de metas e objetivos comuns. O apoio deles – homens – foi fundamental para nossas vitórias e eu contei com eles nos momentos mais difíceis. Se em algumas ocasiões houve necessidade de despender energia contra esse preconceito, isso não foi suficiente para embaçar os resultados a que chegamos e posso até dizer que, por vezes, ele foi um excelente combustível. É diante dos desafios que realmente provamos nossa força, nossa capacidade. Penso que não decepcionei a categoria, mesmo porque, a gestão não era personalista, era um conjunto de pessoas, uma diretoria que trabalhava unida.

Sua gestão se deu ao mesmo tempo em que aconteceram as truculências do governo Collor contra os servidores públicos, inclusive o afastamento de vários Auditores Fiscais do Trabalho que foram colocados em disponibilidade. Como essas dificuldades foram enfrentadas?

O episódio da disponibilidade fragilizou todo o serviço público. O presidente Collor repetiu à exaustão o discurso da “caça aos marajás” e pintou os servidores públicos como privilegiados, pessoas que não trabalhavam e recebiam altos salários. Infelizmente, é muito mais difícil desfazer do que espalhar boatos. Foi uma grande injustiça contra os servidores, que tiveram sua imagem muito arranhada. Para reverter a situação foi preciso paciência, cautela, equilíbrio e bom senso. Na Fiscalização do Trabalho, nosso quadro já pequeno foi ainda mais esvaziado. Cada Delegacia Regional do Trabalho – DRT recebeu da Administração o percentual a ser “enxugado” e o corte foi fundo, afastando pessoas que trabalhavam com profissionalismo, amor e dedicação. Ficou mais evidente que, além de lutar pela volta dos colegas à atividade, era preciso “brigar” pela realização de concurso público, pelo ingresso de novos Auditores, pois isso significava a sobrevivência da categoria. O concurso público foi para nós uma meta quase obsessiva, porque sabíamos da importância dos números e também da necessidade de oxigenar a Fiscalização do Trabalho. O concurso foi finalmente realizado em 1994 e ao término de nosso mandato os novos colegas foram empossados. Foi uma turma muito bem treinada, com muita qualidade e consciência de seus deveres.

Em sua visão, qual foi a importância da criação do SINAIT para a categoria dos Auditores Fiscais do Trabalho?

O Sindicato é a voz da categoria, que representa cada um e todos ao mesmo tempo. A Federação das Associações dos Agentes da Inspeção do Trabalho do Brasil – Fasibra cumpriu seu papel de representação da categoria como era possível no momento, em período ainda muito conturbado, de rompimento com a ditadura e retomada dos movimentos populares em busca de democracia e participação. Os dirigentes da Fasibra foram muito desprezados, sábios, souberam visualizar o momento certo para mudar. Conquistar o direito de se organizar em sindicatos, para os servidores públicos foi um salto de qualidade, significou a possibilidade de aproximação com os servidores e a formação de uma nova consciência de que dependia de cada um fazer um sindicato forte, capaz de levantar a luta e colher conquistas. O contato ficou muito mais direto, os colegas aderiram ao Sindicato rapidamente, compreendendo que a responsabilidade era da categoria. O SINAIT cresceu por isso e os Auditores Fiscais do Trabalho tiveram muitos ganhos porque confiaram e apostaram na entidade.

CARLOS ALBERTO TEIXEIRA NUNES - 1999 A 2001 e 2001 A 2003

Em suas gestões iniciou-se um movimento de aproximação mais forte entre as carreiras do Grupo do Fisco. Qual foi o papel do SINAIT nesse processo e o que resultou dessa parceria?

O SINAIT era respeitado pela sua postura independente e vigorosa ação política, e atuava como uma espécie de mediador dos conflitos entre as entidades do Grupo do FISCO. Esse conceito que desfrutava facilitou o estreitamento dos laços, resultando num trabalho conjunto bastante expressivo para as categorias envolvidas.



Quais foram as marcas de suas duas gestões como presidente do SINAIT?

Dois pontos se destacam: o primeiro foi a criação da Carreira da Auditoria Fiscal do Trabalho em 1999, que representava o grande anseio da categoria. Foi uma luta de vários presidentes que me antecederam, e que foi exitosa em minha gestão, vindo mais completa do que todos esperavam. O segundo foi o restabelecimento da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, ocorrido em 2002, após memorável campanha política. Sim, porque tínhamos a paridade, e a perdemos com a criação da GDAT em 1999. A reconquista desse direito se deu em novembro de 2002, na época do ENAFIT de Maceió, com a MP nº 46 transformada na Lei nº 10.593/2002.

Em sua visão, qual foi a importância da criação do SINAIT para a categoria dos Auditores Fiscais do Trabalho?

Antes era uma Federação, que representava as entidades estaduais. Com a criação do SINAIT o vínculo passou a ser direto com o colega, democratizando ainda mais a relação associativa, propiciando a unidade e integração da categoria dos Auditores Fiscais do Trabalho, abrindo caminho para as grandes conquistas, e marcando, definitivamente, o prestígio de nossa classe perante as instituições.

ROSA MARIA CAMPOS JORGE 2005 A 2007 e 2007 A 2009

A senhora é Auditora Fiscal do Trabalho há mais de vinte anos, portanto, acompanhou o processo de transformação da Federação em Sindicato Nacional. Qual foi o significado desta transformação para a organização da categoria?

Desde a formação das primeiras associações regionais que se reuniram depois em uma federação de associações, a categoria deu demonstração clara de seu interesse em organizar-se para buscar, de forma coletiva, lutar por seus direitos.

A FASIBRA – Federação das Associações de Agentes da Inspeção do Trabalho no Brasil foi importante para abrir espaço juntamente com as demais entidades representativas de servidores públicos com o objetivo de dar representatividade à categoria junto ao governo em um período da história política brasileira marcado ainda pela transição da ditadura militar para a democracia e que culminou com a constituinte de 1988 e a luta empreendida pela Federação para a inclusão do inciso XXIV, ao artigo 21 da Constituição Federal, importante marco no reconhecimento da atividade da Inspeção do Trabalho.

Outra importante conquista na constituição “cidadã” foi o direito dos servidores públicos se sindicalizarem o que antes era vedado, permitindo assim que a Federação se transformasse em um dos primeiros sindicatos de servidores públicos do País. Nasce então, graças ao descortino dos dirigentes da FASIBRA, o Sindicato Nacional, entidade de classe com independência econômico-financeira e administrativa, que representa a categoria em todo o Brasil com muito mais condições de enfrentamento na luta pelo reconhecimento e fortalecimento da nossa categoria.

Quais são os principais desafios da categoria dos AFTs hoje?

Os Auditores Fiscais do Trabalho têm muitos desafios pela frente: consolidar-se como carreira de Estado, com autonomia e independência para realizar sua atividade; afirmar-se como agente público promotor, consultor e fiscalizador da aplicação das políticas públicas de promoção social de todos os direitos dos trabalhadores brasileiros, notadamente no combate à informalidade, arrecadação do FGTS e demais tributos que direta ou indiretamente se vinculem à relação laboral, fiscalização preventiva e repressiva que garanta a segurança e a saúde dos trabalhadores e todos os direitos oriundos do vínculo de emprego, bem como o combate a todas as formas desumanas e degradantes de trabalho, como o trabalho escravo e o trabalho infantil.

A previsão da Lei Orgânica do Fisco, importante conquista do SINAIT, ainda não se consolidou e certamente vai exigir fôlego dobrado do Sindicato e de todos os Auditores Fiscais do Trabalho, mas pode trazer como

recompensa dessa luta, a solução para muitas dificuldades que a categoria enfrenta e que se constituem em reivindicações que encontram barreiras devido à falta de instrumento legal que cuide das especificidades que circundam a atividade da Inspeção do Trabalho que não encontra similaridade com outras carreiras de



servidores públicos, todas regidas por uma única lei que não consegue mais responder a essas necessidades.

A instituição Inspeção do Trabalho está umbilicalmente ligada à legislação protetiva ao trabalhador, e o trabalhador brasileiro tem sido vítima, especialmente nos últimos vinte anos, de um verdadeiro “esfacelamento” das normas, com a constante redução e até retirada de direitos consagrados e conquistados à custa de muito sangue e sacrifícios da própria classe trabalhadora a partir da primeira revolução industrial no século XIX. A fragilização dos direitos trabalhistas representa risco imediato de fragilização da atividade dos Auditores Fiscais do Trabalho, daí a necessidade de perfilar-se ao lado dos trabalhadores e fazer um trabalho de constante vigília junto ao parlamento para atuar em defesa desse verdadeiro “bastião” do interesse social que é o Direito do Trabalho.

Uma das vertentes de sua gestão é o trabalho pela consolidação da ação conjunta das entidades de carreira de Estado, em especial com as chamadas carreiras do Fisco. Qual é o limite da ação conjunta e das ações individuais no âmbito institucional?

Sempre acreditamos na união de forças que busca do mesmo objetivo e foi por acreditar nessa idéia que procuramos nos agregar a outras entidades representativas das demais carreiras de Estado para desenvolver as mais diversas atividades conjuntas. Exemplos não faltam como é o caso do trabalho contra a aprovação da Emenda 94 do Senado ao PL que criava a “Super Receita” e que na Câmara passou a denominar-se Emenda 3 e que, apesar de todo o esforço, foi aprovada. Inicialmente o SINAIT trabalhou sozinho e acabou por conseguir sensibilizar outras entidades como a ANPT – Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, a ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, CPT – Comissão Pastoral da Terra, OIT – Organização Internacional do Trabalho, escritório Brasil, OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, AJUFE – Associação dos Juizes

Federais, ANPR – Associação Nacional dos Procuradores da República, ONG Repórter Brasil, Centrais Sindicais e muitas outras organizações da sociedade civil que se uniram para exigir que o Presidente da República vetasse o que poderia representar enorme perda para a classe trabalhadora e o enfraquecimento da Auditoria Fiscal do Trabalho. O trabalho conjunto deu certo e conseguimos evitar esse desastre.

Na luta para garantir a prevalência do interesse público e a defesa do Estado, nos juntamos novamente a outras entidades de servidores públicos para criar o Movimento Nacional em Defesa do Estado e depois o Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado que tem procurado se organizar da melhor forma possível para atingir o seu objetivo de defesa das grandes causas que envolvem esses servidores, a exemplo da questão do Regime Próprio da Previdência Social. Desde a criação da “Super-Receita” temos procurado trabalhar em conjunto com a carreira da Auditoria Fiscal da Receita Federal do Brasil e esse trabalho conjunto se consolidou em agosto de 2007, com uma pauta conjunta de reivindicações, uma mobilização conjunta e movimento paredista que após mais de dez meses de negociação redundou na publicação da Medida Provisória n. 440, de 29 de agosto de 2008, que, embora não tenha atendido plenamente os pleitos das categorias, consagrou importantes conquistas como a remuneração por subsídio, que resgata a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e desvincula o cumprimento de metas do recebimento do salário, além de nos deixar bem próximos do topo da remuneração do serviço público e definitivamente incluídos no rol das carreiras exclusivas de Estado.

Se avizinha a possibilidade de muitas lutas conjuntas, como é o caso da defesa do regime próprio de previdência social e no caso do grupo Fisco, a nossa almejada Lei Orgânica. O Trabalho conjunto não anula a identidade de cada categoria, que tem as suas peculiaridades e que em muitos momentos tem que trabalhar sozinha, o que é perfeitamente natural, mas naqueles objetivos que são comuns, o trabalho conjunto traz resultados muito positivos e muito mais seguros e rápidos graças à união de forças e os fatos têm demonstrado isso.

Hoje o modelo de organização sindical dos AFTs está sendo questionado e, para alguns, está esgotado, precisa mudar mais uma vez. A atual diretoria do SINAIT está discutindo propostas para uma nova mudança? Quais os possíveis caminhos?

A vida é dinâmica e a evolução é inevitável. Desde que assumimos a direção do SINAIT temos escutado de alguns filiados, às vezes em tom mais contundente, às vezes menos, preocupação com o nosso modelo de organização. Entendemos que esse modelo é resultado de um contexto histórico que o exigiu. A FASIBRA viveu situações de muitas dificuldades relativas à falta de autonomia econômico-financeira devido ao fato das mensalidades serem cobradas ao filiado pela entidade regional para serem posteriormente repassadas à Federa-

ção e a algumas dessas entidades regionais bastava não ter qualquer dos seus interesses atendidos para não repassarem (ou atrasarem significativamente o repasse) a mensalidade da Federação, impedindo assim, devido à falta do recurso necessário, a atuação mais efetiva e pronta em defesa da categoria. Essa situação levou os dirigentes da época a pensarem uma nova forma de organização que garantisse autonomia e capacidade de resposta mais efetiva aos anseios dos auditores, daí nascendo o Sindicato Nacional, mantendo, no entanto, as entidades regionais no mesmo formato anterior, numa convivência harmoniosa com o SINAIT. Entendemos que o modelo atual, Sindicato Nacional e entidades regionais precisa ser adequado no sentido de garantir maior e mais eficiente representatividade, mas essa é uma discussão que cabe em primeiro lugar à própria categoria, que soube no momento certo optar pela transformação da Federação em Sindicato e que observou os resultados importantes que aconteceram ao longo desses vinte anos no sentido do fortalecimento da própria classe. Qualquer um tem condições de avaliar o quanto foi importante para os Auditores Fiscais do Trabalho a participação efetiva e decisiva do Sindicato Nacional. Não acho que o modelo esteja “esgotado” como querem alguns. Acho apenas que pode ser melhorado, como tudo na vida.

No âmbito geral do funcionalismo, que contribuição o SINAIT tem a dar para o fortalecimento e valorização das categorias? E na luta geral dos trabalhadores brasileiros?

O SINAIT representa os Auditores Fiscais do Trabalho, carreira de Estado, cujas funções estão determinadas na Constituição Federal e em farta legislação e normatização infraconstitucional, além das Convenções da OIT, especialmente a de número 81, ratificadas pelo Brasil, o que nos dá o status de autoridade encarregada da fiscalização do cumprimento de toda a legislação trabalhista e de segurança e saúde no trabalho a exigir uma bagagem de conhecimentos atribuída a poucos. A contribuição que podemos dar ao conjunto dos servidores públicos, na troca de experiências, na construção do esclarecimento e da argumentação das teses que fundamentam a defesa do serviço público de qualidade, baseado na melhor estruturação da Administração Pública, investimento na capacitação dos servidores e nos instrumentos de trabalho destes, de forma a atender à demanda social.

Em relação aos trabalhadores em geral, o apoio que o SINAIT e a categoria podem proporcionar vai desde o exercício da função institucional dos AFTs, que é fundamental na defesa da aplicação da legislação que protege o trabalhador, até a defesa política que a entidade promove para garantir essa legislação protetiva e a correta aplicação das políticas públicas nesse setor. Isso é feito através das diversas campanhas que o Sindicato promove a exemplo da Campanha Institucional, que a cada ano destaca um tema de interesse dos trabalhadores, além do acompanhamento do processo legislativo no Congresso Nacional.

SINAIT PERGUNTA:

Qual o significado da transformação da Federação em Sindicato Nacional? Por que foi feita essa escolha?

PRESIDENTES DA FASIBRA RESPONDEM:



Olavo da Silveira Melo

OLAVO DA SILVEIRA MELO – 1980 A 1981

ESSA TRANSFORMAÇÃO deu-se em consequência de uma nova ordem constitucional, e isso então, veio ao encontro dos anseios dos Auditores Fiscais do Trabalho.



Alceu Flores

ALCEU FLORES – 1981 A 1982 E 1984 A 1986

COMO É SABIDO, no período anterior à Constituição de 1988, inexistia o direito de sindicalização aos servidores públicos. Com base nos direitos civis de livre pensamento, livre organização e manifestação e associação para fins pacíficos, optamos por constituir e organizar associações representativas em cada Estado da Federação. Era a melhor estratégia e a possível, na oportunidade. Com um número superior a dez associações já foi possível fundar e organizar a Federação. Enquanto existiu teve caráter exclusivamente sindical, corporativo mesmo, e todos os esforços destinavam-se ao encaminhamento das principais reivindicações da categoria. A nobreza das causas é que determinava a tenacidade das lutas. Lutas coletivas. Buscamos exemplos com outras categorias e aprendemos a lutar. Tudo era muito improvisado, com meios escassos.

O direito à sindicalização era um pleito constante dos servidores públicos. Os constituintes compromissados com os pleitos dos trabalhadores agiram com firmeza e competência. As negociações e as garantias sociais insculpidas no texto constitucional foram penosas, em confronto com os interesses do poder econômico.

E os nossos dirigentes do período souberam colher o momento e atuaram com sabedoria e presteza ao fundar o nosso hoje glorioso SINAIT, em substituição à já então respeitada FASIBRA.

Todos esse anos de lutas e sucessos se devem à inteligência e acuidade da categoria. Tivemos o discernimento de barrar os interesses personalistas e as práticas divisionistas, escolhendo dirigentes probos e verdadeiramente fiéis aos princípios e à missão fundamental da Auditoria Fiscal do Trabalho, como internacionalmente preconizados.



Francisco Franco Campos

FRANCISCO FRANCO SIQUEIRA CAMPOS – 1983 A 1984

COMO EX-PRESIDENTE DA FASIBRA e membro do SINAIT, faço este depoimento com satisfação. O significado da transformação da Fasibra em Sindicato resulta em outro tipo de representação, mais eficaz, inovando e modernizando o modo de fazer política, consolidando a carreira dos AFTs significativamente, como uma decorrência de trabalho competente, o que sempre aconteceu nestes vinte anos de fundação que ora comemoramos. O SINAIT vem se destacando pela participação combativa no movimento sindical brasileiro. O Sindicato foi um dos primeiros a conseguir o registro no Ministério do Trabalho e Emprego de acordo com a Constituição de 1988, que concedeu a todos os servidores públicos o direito de se organizarem em sindicato. Todos nós queremos uma sociedade aberta formada por cidadãos livres e iguais. Nestes vinte anos, o SINAIT foi e continua sendo a voz e a vontade política dos AFTs rumo às mudanças. Mudanças para vencer! Deixamos fluir o nosso potencial de avaliar o quanto avançamos e crescemos. Nossa luta pela aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 438/2001, que expropria terras em que for flagrado o trabalho escravo, faz e refaz a razão de a gente existir como categoria organizada que se mobiliza, com zelo, em defesa dos direitos dos trabalhadores brasileiros.

IMPRESSO